

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



A Reforma Trabalhista aprovada às pressas, em julho, trouxe o desmonte da CLT e já passa por alterações via emendas ou MPs. A Reforma Política aprovada sem a devida discussão, em outubro, rejeitou o Distritão, implementou cláusula de barreira e o fundo público para campanha, mas foi insuficiente e textos complementares à PEC já tramitam no Congresso. MPs que perdoam dívidas de grupos empresariais foram aprovadas e demonstram para quem os golpistas governam. Somado a isso, o governo agonizou mergulhado em escândalos de corrupção. Chega ao final do ano com base de apoio insuficiente para aprovar o pacote de maldades que ainda tem para a população.

Agenda golpista em 2017

Em meados de março, o governo golpista e sua equipe econômica davam como certa a aprovação da Reforma da Previdência. À época, o ministro da Fazenda chegou a dizer que não havia possibilidade de abrir mão de pontos polêmicos, afirmando que alguns aspectos estavam fora de negociação. Nos meses que se sucederam, o governo se enfraqueceu após as delações da JBS e as denúncias da PGR. Sem os 308 votos necessários para aprovar a reforma, apresentada por meio de uma PEC, a matéria ficou suspensa até o final do ano, quando foi retomada. Ao alterar o texto para reduzir o custo político da Reforma, o governo centrou o projeto no ataque ao regime previdenciário do setor público. As negociações seguem e o governo admite deixar a votação para 2018.

O governo aprovou a Reforma Trabalhista a toque de caixa em julho. A nova lei entrou em vigor em novembro e o impacto do desmonte das leis tra-

balhistas sobre o mercado de trabalho será substancial. A proposta autorizou o regime de trabalho intermitente, acabou com o Imposto Sindical, instituiu a preponderância do negociado sobre o legislado e foi sancionada sob protestos de juízes do Trabalho e especialistas. Em novembro, o governo editou MP para modificar a nova lei, com mudanças na contribuição previdenciária do trabalhador sob regime intermitente, entre outros pontos.

Também se destacam as MPs 756 e 758, de 2016, que redesenharam e alteraram limites de áreas de preservação ambiental, parques e florestas nacionais nos estados do Pará e Santa Catarina, aprovadas neste ano, mas alteradas sob pressão de ambientalistas. Foram promulgadas MPs que dispõem sobre perdões de dívidas bilionárias de grupos empresariais e entes federativos: os Refis, instituídos pelas MPs 766/2017, 780/2017, 783/2017 e 778/2017, foram objeto de negociação política para beneficiar grupos empresariais ligados a de-

putados em troca de votos. Em julho, o governo aprovou no Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, a primeira sob a vigência do teto de gastos.

No âmbito da Reforma Política, as principais pautas foram a alteração no sistema eleitoral e mecanismos de financiamento de campanha. O Distritão, defendido por Temer e por partidos do centrão, foi rejeitado. O Congresso aprovou, no começo de outubro, um fundo público eleitoral para campanha, além de uma cláusula de barreira. Em agosto, os tucanos defenderam em rede nacional, no programa partidário de agosto, a adoção do parlamentarismo como sistema de governo. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes entregou aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), um texto que complementa a PEC 09/2016, editada pelo então senador e atual ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes (PSDB-SP), que tramita no Congresso e dispõe sobre o tema.

O desmanche da coalizão do golpe

Em janeiro de 2017, Teori Zavatski, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) relator da Lava Jato, foi vítima de acidente de avião. O ministro Edson Fachin ocupou sua vaga e assumiu a relatoria do processo. Temer indicou Alexandre de Moraes (PSDB-SP), então ministro da Justiça, para ocupar a vaga de Fachin no Supremo, e nomeou para ministro da Justiça o deputado Osmar Serraglio (PMDB-BA), ligado a Eduardo Cunha.

O governo recriou a Secretaria-Geral da Presidência, para a qual indicou Moreira Franco (PMDB-RJ), o “Angorã”, das delações da Odebrecht, garantindo seu foro privilegiado; e a de Direitos Humanos, nomeando Luislinda Valois (PSDB-BA). Antonio Imbassahy (PSDB-BA), ocupou a vaga de Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) na Secretaria de Governo e José Serra (PSDB-SP), citado em delações da Odebrecht, se demitiu e foi substituído por Aloysio Nunes (PSDB-SP) no Ministério das Relações Exteriores. Com essa reestruturação, o PSDB ficou com cinco ministérios, um a menos que o PMDB.

Claudio Melo, executivo da empreiteira Odebrecht, delatou que Temer pediu dez milhões de reais a Marcelo Odebrecht para doação ao PMDB, além de outros setenta executivos da empresa que delataram como o esquema de financiamento de campanha funcionou durante as últimas décadas. Com a denúncia, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu abertura de inquérito contra Temer, os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, José Sarney e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, por tentativa de obstrução à Operação Lava Jato e repasse de mais de cem milhões de reais ao PMDB, (32 milhões para Calheiros, 21 milhões para Jucá e 18,5 milhões para Sarney).

Em abril, o ministro do STF Edson Fachin autorizou a investigação de 98 políticos citados na Lava Jato. As delações atingiram um terço do ministério de Temer (oito dos 28 ministros), 24 senadores e 39 dos 513 deputados, incluindo os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). As investigações atingiram dezessete partidos políticos, catorze da base de apoio ao governo.

Em maio, a divulgação da gravação de conversa entre Temer e Joesley Batista, da JBS, mostrou o apoio de Temer ao empresário para continuar pagando mesada pelo silêncio de Eduardo Cunha. O ministro Fachin pediu abertura de inquérito contra Temer para apurar crimes de obstrução à Justiça, corrupção passiva e formação de organização criminosa.

Com as denúncias da JBS, os ministros Romero Jucá (PMDB-RJ), do Planejamento, Fabiano Silveira, da Transparência, Henrique Alves (PMDB-RN), do Turismo, Marcelo Calero (PSDB-RJ), da Cultura, e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), da Secretaria de Governo foram afastados. Os principais articuladores do golpe Moreira Franco (PMDB-RJ), secretário da Presidência, e Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, foram acusados. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD-SP), estava à frente do Conselho Consultivo do holding J&F, que controlava a JBS, entre 2012 e 2016.

Ainda em maio, o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), homem de confiança de Temer, foi filmado recebendo uma mala da JBS contendo quinhentos mil reais após combinar pa-

gamento semanal no mesmo valor pelo período de vinte anos.

O PSB abandonou o governo, com seus 27 deputados e sete senadores. O PPS entregou um de seus dois ministérios, o da Cultura, mas permaneceu na base. PSDB e DEM cogitam a saída, mas, comprometidos pelas delações, evitam assumi-las como verdadeiras.

Do PSDB, Aécio Neves, senador por MG e presidente licenciado do partido, foi acusado de receber sessenta milhões de reais para o caixa 2 de sua campanha em 2014, além de propina oriunda do esquema de Furnas, e apareceu nos áudios pedindo dois milhões de reais a Joesley. As acusações contra o PSDB também atingiram o senador Aloysio Nunes (SP), que teria recebido quinhentos mil reais em sua campanha, e Bruno Araújo (PSDB-PE), cujo nome consta como receptor de caixa 2 na delação da Odebrecht.

Janot pediu a prisão de Aécio Neves, julgada improcedente pelo Supremo. Apesar de o Senado livrar Aécio Neves do afastamento do mandato, o PSDB o manteve afastado da presidência do partido.

Em junho, a absolvição da chapa Dilma-Temer, no julgamento do TSE, por quatro votos a favor e três contra, fortaleceu Dilma, com a comprovação de que o impeachment foi um golpe, enquanto Temer se manteve sob pressão, tanto do TSE quanto do STF. Janot abriu denúncia contra Temer e Loures, que, para ser aceita, precisava do voto de dois terços (342) dos deputados. Temer conseguiu apoio de 263 parlamentares contra a denúncia, 227 votaram a favor e o processo foi arquivado.

Em setembro, novos escândalos atingiram o governo golpista. O ministro Geddel Vieira Lima foi preso com mais de 51 milhões de reais em um bunker, em Salvador. A prisão dos irmãos Joesley e Wesley Batista e a delação do doleiro Funaro, além da nova denúncia de Janot contra Temer por organização criminosa juntamente com os ministros Eduardo Cunha, Henrique Eduardo Alves, Moreira Franco, Geddel Vieira Lima e Eliseu Padilha, abalaram o governo. Segundo a PGR, os denunciados receberam ao menos 587 milhões de reais em propina e vantagens indevidas.

Para escapar às novas denúncias, o governo tro-

cou Antonio Imbassahy (PSDB), da articulação política, por Eliseu Padilha (PMDB). O centrão, que cobrava mais espaço, foi contemplado pelo governo, que negocia cargos e emendas parlamentares, liberando nomeações em diversas instâncias para atender às demandas dos deputados insatisfeitos. Para reforçar o placar favorável na votação, Temer exonerou dez ministros com mandato na Câmara e conseguiu 251 votos, o suficiente para barrar a segunda denúncia.

Durante as votações das denúncias contra Temer, o PSDB, rachado desde as delações da JBS, expôs suas fraturas internas, com metade do partido em defesa do desembarque do governo e a outra metade, pela permanência.

A convenção do PSDB, realizada em 9 de dezembro, elegeu Geraldo Alckmin presidente do partido e decidiu pelo desembarque do governo. Antonio Imbassahy (PSDB-BA), ministro-chefe da secretaria de Governo, se demitiu na última semana e deve ser substituído por Carlos Marun (PMDB-MT). A ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois (PSDB-BA), deve deixar o cargo nos próximos dias e apenas Aloysio Nunes (PSDB-SP), permanece no cargo, como titular do Itamaraty, pela cota de Temer.

Até maio, antes da gravação de Joesley vir a público, o governo contava com mais de trezentos deputados em sua base aliada. Na primeira denúncia, a base aliada do governo caiu para 263 deputados e, após a segunda, restou ao governo apoio inferior à metade (251) do total de deputados, insuficiente para comandar o Legislativo e aprovar PECs.

Opinião pública: avaliação de governo

Em abril, pesquisa do Vox Populi em parceria com a CUT mostrou que o governo Temer possuía apenas 5% de avaliação positiva. Em junho, esta não ultrapassava 3%, número que se manteve em novembro, mostrando que Temer é o presidente mais impopular que o país já teve. Nesta última pesquisa de novembro, Temer alcançou 76% de avaliações negativas. Segundo o Datafolha, em maio o governo Temer era considerado ruim ou péssimo por 61%, número que subiu para 71% em novembro, segundo esse instituto. Neste mesmo período,

a aprovação caiu de 9% para 5%. De acordo com o Datafolha, a percepção de que o governo Temer é pior que o governo da presidenta Dilma atingiu 62% em novembro, número que era de apenas 40% em dezembro de 2016.

A pesquisa Vox Populi/CUT publicada em junho, após as denúncias da JBS, indicavam que 85% dos brasileiros queriam que o TSE cassasse Temer. Pesquisa do Poder 360 apurou que 77% consideravam que a Câmara errou ao não aprovar o prosseguimento da denúncia da PGR contra o golpista.

A Pesquisa Pulso Brasil, publicada pelo Instituto Ipsos em agosto, indicou que quase a totalidade (94%) dos eleitores não se sente representada pelos políticos que estão no poder nem pelos políticos em quem votaram (86%). O Instituto Vox Populi em parceria com a CUT, em pesquisa de outubro, revelou que 81% dos entrevistados desaprovavam a nova lei trabalhista e 79% não votariam em deputados que apoiaram a reforma.

- Intenções de voto

Todos os institutos mostraram, em relação aos cenários para a eleição presidencial de 2018, a liderança isolada do ex-presidente Lula e a consolidação de Bolsonaro no segundo lugar. De acordo com o Vox Populi, em abril Lula tinha 44% de intenções estimuladas em cenários com Aécio ou Alckmin. Em junho, 45% dos entrevistados declararam voto no ex-presidente. Em novembro, Lula figurava com 35% de intenção de voto espontânea e 42% estimulada. O crescimento de Bolsonaro foi mensurado pelo Vox Populi: em abril, 11% declaravam voto no deputado, em resposta estimulada, empatada com a intenção de voto em Marina Silva. Em novembro, Bolsonaro apareceu com 16%, nove pontos a mais que Marina.

De acordo com o Instituto Datafolha, em junho Lula possuía 30% das intenções de voto, número que cresceu para 35% em setembro e 36% em novembro. O Datafolha também captou uma queda na rejeição do ex-presidente Lula: em junho era 46%, em setembro 42% e, em novembro, 39%. Este instituto também mostrou consolidação de Bolsonaro na segunda colocação: em junho, 16%, e

em novembro 18%. A terceira colocada, Marina Silva, figurou com 15% em junho e 10% em novembro. O Datafolha apontou, em novembro, que 87% dos entrevistados não votariam em um candidato apoiado por Michel Temer.

- Evolução da preferência partidária

O Poder 360 mostrou que o PT está recuperando seu capital eleitoral e tem potencial de voto de 34% (21% votariam com certeza em candidato do PT e 13% poderiam votar em candidato do partido). A última pesquisa Datafolha confirma a tendência de aumento da preferência partidária pelo PT. Em dezembro de 2016, 9% preferiam o PT, passou para 18%, em junho de 2017, 19%, em setembro e em dezembro, registrou 21%. Segundo a série histórica do Datafolha o PT voltou aos níveis de preferência partidária anteriores ao golpe: 22%, em dezembro de 2014.

Outra pesquisa Datafolha divulgada em julho mostra que a população está se tornando mais progressista. O Datafolha apurou que 40% da população se diz de direita e 41% de esquerda. Mapeando valores econômicos e comportamentais, constata que a população tende a valores comportamentais mais conservadores e valores econômicos mais progressistas. Embora, aspectos comportamentais estejam mais à direita (47%) que os econômicos (28%), observa-se queda de oito pontos percentuais da posição conservadora, retornando aos patamares de 2013, antes da onda conservadora pré-impeachment.

Quanto aos aspectos econômicos, 44% identificam-se com posições de esquerda, como que “boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida”, com a qual 77% da população concordam, e 76% acreditam que o governo deve “ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer”.

Entre aspectos comportamentais, 80% são a favor da proibição do uso de drogas e 73% querem que a punição para adolescentes que cometem crimes seja igual à de adultos, indicando forte postura conservadora relacionada à criminalidade e punitivismo.